

Sumário

CAPÍTULO 1 ► DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	21
1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral	21
2. A democracia como condição basilar para a existência do Direito Eleitoral	22
2.1. Espécies de democracia.....	24
2.2. Institutos da democracia participativa	25
2.2.1. O plebiscito para a divisão do Pará	27
3. A garantia da legitimidade do exercício do poder de sufrágio popular como objetivo do Direito Eleitoral.....	29
4. O deferimento de mandatos políticos como pressuposto da representação política	32
5. O Direito Eleitoral como microsistema jurídico e as suas relações com outros ramos do Direito	35
6. As fontes do Direito Eleitoral	38
6.1. Constituição Federal de 1988	38
6.2. Código Eleitoral (Lei nº. 4.737, de 15/07/1965)	39
6.3. Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/97)	39
6.4. Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº. 64/90)	40
6.5. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.....	41
6.6. Consultas a TSE e TREs.....	42
7. Princípios do Direito Eleitoral	42
7.1. A distinção entre princípios e regras	42
7.2. Princípio da lisura das eleições.....	43
7.3. Princípio do aproveitamento do voto	44
7.4. Princípio da celeridade.....	45
7.5. Princípio da anualidade	46
7.6. Princípio da moralidade eleitoral.....	48
Capítulo 2 ► OS SISTEMAS ELEITORAIS	53
1. Introdução	53
2. Os sistemas eleitorais e as suas espécies.....	53
2.1. O sistema eleitoral majoritário	54
2.1.1. Os votos brancos e nulos e a questão da nulidade das eleições	56
2.2. O Sistema eleitoral proporcional	57
2.3. A questão do voto distrital	70
2.4. O sistema eleitoral misto	71

3. A equação da reforma legislativa de 2017 e a engenharia dos sistemas eleitorais no Brasil: a fragmentação partidária como raiz.....	72
4. Considerações finais	77
Capítulo 3 ▶ OS PARTIDOS POLÍTICOS	79
1. Introdução	79
2. Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	80
3. Os partidos políticos na Lei nº 9.096/95	82
3.1. Disposições preliminares	82
3.2. Da criação e do registro dos partidos políticos.....	84
3.3. Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.....	87
3.4. O funcionamento parlamentar e a cláusula de barreira.....	90
3.5. Do programa e do estatuto dos partidos políticos.....	91
3.6. Responsabilidade civil e trabalhista dos órgãos partidários	92
3.7. Disciplina e fidelidade partidárias.....	93
3.8. Da filiação partidária.....	102
3.9. Das finanças e contabilidades dos partidos políticos.....	106
3.10. Do fundo partidário.....	111
3.11. Do acesso gratuito ao rádio e à TV.....	116
4. As coligações partidárias	116
5. As fundações e institutos mantidos pelos partidos políticos.....	120
Capítulo 4 ▶ JUSTIÇA ELEITORAL	121
1. Notas introdutórias.....	121
2. Funções da Justiça Eleitoral.....	121
2.1. Função jurisdicional da Justiça Eleitoral	122
2.2. Função executiva da Justiça Eleitoral.....	123
2.3. Função legislativa (normativa) da Justiça Eleitoral.....	125
2.4. Função consultiva da Justiça Eleitoral.....	126
3. Organização e competência da Justiça Eleitoral.....	127
3.1. O Tribunal Superior Eleitoral	128
3.2. Os tribunais regionais eleitorais	131
3.3. Os juízes eleitorais e a divisão geográfica da Justiça Eleitoral de primeira instância.....	135
3.4. As juntas eleitorais.....	137
Capítulo 5 ▶ MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	139
1. Notas introdutórias.....	139
2. Princípios institucionais do Ministério Público Eleitoral.....	140

2.1. Princípio da federalização	140
2.2. Princípio da delegação.....	141
2.3. Princípio da excepcionalidade	141
3. Organização e atribuições do Ministério Público Eleitoral.....	142
4. O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público	145
Capítulo 6 ▶ ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA.....	147
1. A capacidade política: conceito e noções preliminares.....	147
2. A aquisição da nacionalidade brasileira	148
3. O alistamento eleitoral.....	151
3.1. Diferença entre alistamento, transferência, revisão e segunda via.....	153
3.2. Documentos necessários para o alistamento eleitoral.....	153
3.3. O alistamento eleitoral no Código Eleitoral: principais informações.....	154
4. O domicílio eleitoral	156
4.1. Transferência do domicílio eleitoral	157
5. Do título eleitoral	158
6. Exclusão e cancelamento da inscrição eleitoral.....	158
6.1. A correção e a revisão do eleitorado	160
7. Perda e suspensão dos direitos políticos.	161
7.1. A suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/15).....	163
7.2. A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado	167
7.3. Suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa.....	169
Capítulo 7 ▶ CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS	171
1. Notas introdutórias.....	171
2. Das convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos.....	172
2.1. As espécies de convenções partidárias	172
2.2. As alterações na disciplina das convenções partidárias promovidas pela Lei nº. 12.034/09	173
2.3. As convenções e a questão dos prazos de filiação partidária e domicílio eleitoral	174
2.4. A questão da candidatura nata	176
3. Do registro de candidatos.....	177
3.1. A questão do número máximo de candidatos a serem registrados por cada partido político ou coligação partidária.....	177
3.2. A questão do preenchimento mínimo de vagas para cada sexo	178
3.3. Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura ...	179
3.4. A polêmica em torno do conceito de quitação eleitoral	182

3.5. A questão da obrigatoriedade de registro das propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente da República	183
3.6. O requerimento individual de candidatura	184
3.7. O momento correto para a aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade.....	184
3.8. O registro sub judice de candidato impugnado e a teoria da “conta e risco”	185
3.9. A situação de candidatos expulsos dos seus partidos políticos após o registro da candidatura	188
3.10. Identificação numérica e variação nominal dos candidatos.....	188
3.11. A substituição de candidatos após o término do prazo de registro de candidaturas.....	190
4. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	193

Capítulo 8 ► **CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE** 195

1. Notas introdutórias: a distinção entre condições de elegibilidade e inelegibilidades	195
2. As condições de elegibilidade previstas na Constituição de 1988.....	199
3. As causas de inelegibilidade: Noções conceituais e classificação	201
4. Hipóteses de inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988.....	202
4.1. Os inalistáveis e os analfabetos.....	202
4.2. A questão da reeleição para cargos executivos	204
4.3. A necessidade de desincompatibilização do presidente da república, governadores e prefeitos a fim de concorrerem a outros cargos	205
4.4. A questão da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do artigo 14 da CF/88	207
5. Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº. 64/90 e a Lei da Ficha Limpa.....	210
5.1. A “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/10) e as alterações por ela propiciadas na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90).....	210
5.2. Situações hipotéticas de inelegibilidades previstas na LC 64/90	215
5.2.1. A inelegibilidade dos inalistáveis, dos analfabetos e dos parlamentares com mandatos cassados.....	216
5.2.2. A inelegibilidade de governadores, prefeitos e seus vices por violação a dispositivo de Constituição Estadual, Lei Orgânica do DF ou de município.....	218
5.2.3. A inelegibilidade em virtude de condenação em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político.....	219
5.2.4. A inelegibilidade em virtude da prática de crimes (art. 1º, I, “e” da LC 64/90.....	220
5.2.5. A inelegibilidade em virtude de incompatibilidade ou indignidade do oficialato.....	220

5.2.6. A inelegibilidade em virtude de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas por irregularidade insanável e a Súmula nº. 01 do TSE	221
5.2.7. As novas hipóteses de inelegibilidades instituídas pela Lei da Ficha Limpa: as alíneas “j” a “q” do inciso I do art. 1º da LC 64/90.....	223
6. A LC 64/90 e as previsões de prazos de desincompatibilização de titulares de determinados cargos ou funções como requisito para a disputa de mandatos eletivos	224
6.1. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de seis meses antes do pleito.....	226
6.2. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de quatro meses antes do pleito.....	227
6.3. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de três meses antes do pleito.....	227

Capítulo 9 ► ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS

229

1. Notas introdutórias.....	229
2. A administração financeira das campanhas eleitorais.....	231
3. As doações realizadas por pessoas físicas para campanhas eleitorais.....	235
4. O fim das doações financeiras de pessoas jurídicas nas campanhas eleitorais e os novos tetos de gastos de campanhas	237
5. Receitas vedadas a candidatos e partidos políticos em campanha eleitoral.....	241
6. O Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC).....	242
7. Da prestação de contas nas campanhas eleitorais.....	245
7.1. A verificação da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral.....	250
7.2. A representação do artigo 30-A da Lei nº. 9.504/97.....	252
7.3. As sobras de campanhas eleitorais.....	253

Capítulo 10 ► PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA POLÍTICA.....

255

1. Notas introdutórias.....	255
2. As pesquisas eleitorais.....	255
3. A propaganda política	259
3.1. Princípios da propaganda política.....	260
3.2. As espécies de propaganda política.....	260
4. Da propaganda eleitoral em geral.....	265
4.1. O importante art. 37 da Lei das Eleições.....	265
4.2. A propaganda eleitoral dos candidatos a vice e a suplentes de senador	268
4.3. A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos na campanha eleitoral	269
4.4. A realização de comícios e showmícios e a utilização de alto-falantes, amplificadores de som e trios elétricos nas campanhas eleitorais.....	270

4.5. As vedações à boca-de-urna e a questão da manifestação individual e silenciosa do eleitor no dia da eleição	271
4.6. A vedação ao uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresas públicas ou sociedades de economia mista	273
4.7. O artigo 41 da Lei nº. 9.504/97 e o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral	274
5. Da propaganda eleitoral mediante outdoors.....	275
6. Da propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	275
7. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	276
7.1. As vedações impostas pela legislação às emissoras de rádio e televisão durante o período eleitoral.....	277
7.2. Os debates eleitorais no rádio e na TV	278
7.3. O horário eleitoral gratuito	281
8. Da propaganda eleitoral na internet.....	285
9. Do direito de resposta	289
9.1. Direito de resposta em virtude de ofensa promovida na internet.....	291
9.2. Considerações finais sobre o direito de resposta	292
10. A representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96 da lei nº. 9.504/97).....	293
11. Quadro-resumo: o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral.....	293

Capítulo 11 ► ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, GARANTIAS ELEITORAIS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS	299
1. Notas introdutórias.....	299
2. A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos.....	299
2.1. A organização das seções eleitorais.....	299
2.2. A organização das mesas receptoras de votos.....	301
3. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.....	303
3.1. O início e o encerramento da votação	304
3.2. Documentos necessários à identificação do eleitor.....	304
3.3. O voto em separado e sua previsão no Código Eleitoral	305
3.4. A questão da impossibilidade de conclusão do procedimento de votação pelo eleitor.....	306
3.5. A questão do voto em trânsito para presidente da república.....	306
3.6. A votação por cédulas.....	308
3.7. As recentes reformas eleitorais e a adoção do voto impresso nas eleições.....	309
3.8. Nulidades na votação.....	312
4. Justificativa de não comparecimento à eleição.....	316
5. A fiscalização das eleições.....	317

6. A questão da contratação de cabos eleitorais durante a campanha	318
7. Garantias eleitorais	319
8. A apuração e a proclamação dos resultados.....	320
8.1. A apuração da votação por meio de cédulas	322
9. A diplomação e a posse dos eleitos.....	323

Capítulo 12 ▶ ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES E CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS 327

1. Noções introdutórias	327
2. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	329
2.1. Condutas vedadas previstas nos incisos I a IV do art. 73 da Lei das Eleições.....	329
2.2. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e o inciso V do art. 73 da Lei das Eleições	332
2.3. Condutas vedadas aos agentes públicos nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI da Lei das Eleições)	334
2.4. Vedação à realização de despesas com publicidade que excedam a média de gastos	336
2.5. A questão da revisão geral da remuneração de servidores públicos em ano eleitoral	336
2.6. Consequências advindas do descumprimento das normas do artigo 73 da Lei das Eleições	337
2.7. O artigo 74 da Lei das Eleições e a possibilidade de cassação de diploma de candidato violador do artigo 37, § 1º da Constituição Federal.....	337
2.8. A questão da vedação de contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições	338
2.9. A questão da presença de candidatos em inaugurações públicas	338
2.10. A representação por prática de conduta vedada prevista no art. 96 da Lei nº. 9.504/97.....	339
3. A captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei das Eleições).....	339
4. A questão do fornecimento gratuito de transporte e alimentação em dias de eleição	343
4.1. O transporte dos eleitores no dia da eleição	343
4.2. O oferecimento de refeições a eleitores no dia da eleição	344

Capítulo 13 ▶ AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS 345

1. Notas introdutórias.....	345
2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	345
2.1. Legitimidade ativa para a AIRC	345
2.2. Legitimidade passiva para a AIRC	347
2.3. Prazo para a interposição da AIRC	347

2.4. Competência para o processamento e julgamento da AIRC	348
2.5. Procedimento da AIRC	348
3. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	350
3.1. Legitimidade ativa e passiva para a AIJE.....	350
3.2. Prazo para a interposição da AIJE	351
3.3. Competência para o processamento e julgamento da AIJE	351
3.4. Procedimento da AIJE	352
3.5. Efeitos da procedência da AIJE	353
4. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	354
4.1. Objeto e previsão constitucional da AIME	354
4.2. Competência para o processamento de julgamento da AIME	356
4.3. Legitimidade ativa e passiva para a AIME.....	356
4.4. Procedimento adotado na AIME.....	356
4.5. A questão da possibilidade de litispendência entre AIJE, AIME e RCD.....	357
5. A representação do art. 96 da lei nº. 9.504/97	357
5.1. Rito processual da representação prevista no art. 96 da Lei das Eleições	358
6. Representação por Captação Ilícita de Sufrágio	359
7. Representação para a apuração de arrecadação e gastos ilícitos (Captação ilícita de recursos: art. 30-A da Lei das Eleições).....	361
8. Recurso Contra a Diplomação (RCD)	361
8.1. A legitimidade ativa e passiva para o RCD.....	364
8.2. Algumas questões processuais referentes ao RCD.....	365
9. Ação Rescisória Eleitoral	366
9.1. Pressupostos da Ação Rescisória Eleitoral	366
9.2. A questão da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória eleitoral	367
10. Teoria geral dos recursos eleitorais	367
11. Os recursos eleitorais em espécie	371
11.1. Recursos contra decisões de Junta Eleitoral	371
11.2. Recursos contra decisões de juiz eleitoral.....	371
11.3. Recursos contra decisões de tribunal regional eleitoral	372
11.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	375
12. A Lei 13.165/15 e as alterações promovidas na matéria processual eleitoral	375
13. Breves considerações sobre a aplicação do CPC/2015 ao processo eleitoral.....	377
Capítulo 14 ► CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	385
1. Notas introdutórias.....	385
2. O Processo penal eleitoral	385
2.1. A instauração do processo penal eleitoral e o inquérito policial	

eleitoral	385
2.2. A fase de conhecimento do processo penal eleitoral	388
2.3. Competência para o processamento e o julgamento dos crimes eleitorais.....	389
2.3.1. A competência em razão do lugar.....	389
2.3.2. A competência em razão do domicílio ou residência do réu.....	389
2.3.3. A competência em razão da matéria	390
2.3.4. A competência em razão da pessoa	390
2.3.5. As hipóteses de existência de conexão e continência.....	393
2.4. A revisão criminal eleitoral.....	394
2.5. O Pacote anticrime, o juiz de garantias e sua aplicação ao processo eleitoral.	395
3. Os crimes eleitorais.....	397
3.1. Dos crimes concernentes à formação do corpo eleitoral.....	398
3.2. Crimes eleitorais relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos	399
3.3. Os crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade	401
3.4. Os crimes eleitorais concernentes à propaganda eleitoral	401
3.5. Os crimes relativos à votação.....	408
3.6. Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições.....	413
3.7. Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais.....	416
3.8. Crimes contra a fé pública eleitoral	419

Anexo 1 ▶

SÚMULAS DO TSE.....	423
----------------------------	------------

Anexo 2 ▶

TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL	431
a) Princípios do direito eleitoral: princípio da anualidade	431
b) Ministério Público Eleitoral.....	431
c) Elegibilidade e inelegibilidade	431

Anexo 3 ▶

RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016	433
---	------------

REFERÊNCIAS	439
--------------------------	------------